

65ª REUNIÃO ORDINÁRIA FÓRUM FLORESTAL EXTREMO SUL DA BAHIA*Local: Pousada Aldeia Portuguesa**Data: 3 e 4 de maio 2018***Lista de presença**

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Almir Requião	2- Manguezal Meu Quintal
4- Célio Roberto C. Costa	3- Associação dos Moradores de Costa Dourada
5- Maria das Graças R. D. Bacelar	
6- Emília Leite Oliveira	
7- Beline Passos	4- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
8- Waldir Paixão Graciano	5- Associação Moradores Comunidade Oliveira Costa
9- José Francisco Júnior	6- Grupo Ambiental Natureza Bela
10- Fred Ferreira dos Santos	7- Cons. Território Indígena Pataxó Ponta Grande - COLIPAG
11- Wara	
12- Josiane Ferreira Santos	
13- Akunã	
14- Janete Ferreira	8- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
15- Sueli Abad	
16- Márcio Braga	9- Veracel
17- Renato Carneiro	
18- Virgínia Camargos	10- Fibria
19- Marcelo Pereira	
20- Thiago Rizzo	11- Suzano
21- Yugo Matsuda	
22- Vilma Cruz Castro	12- Assoc. Produtores Eucalipto Extremo Sul Bahia - ASPEX
23- Pedro Neto	
24- Taís Lucilio	13- Conservação Internacional - CI
25- Eliane Anjos	14- The Forest Trust - TFT



Dia 03 de maio

Após a apresentação dos presentes, o secretário executivo informou que o edital da 3ª fase do Monitoramento da Cobertura Vegetal foi lançado, com prazo final para entrega das propostas no dia 10 de maio. E que em seguida o grupo de acompanhamento, utilizando a planilha de avaliação, fará o julgamento das propostas, que serão validadas pela plenária, sugerindo que a validação poderá ser presencial ou via internet. A sugestão do representante da Veracel foi de uma reunião extraordinária para validar o resultado do edital, por considerar que é uma matéria que necessita de discussão presencial. Após breve discussão, ficou pré-agendada a data de 11 de junho, das 13h30 às 16h, tendo a representante da Veracel disponibilizado a Estação Veracel para a realização da reunião extraordinária para aprovar ou descartar o que foi deliberado pela comissão de acompanhamento. O secretário executivo informou que a comissão de acompanhamento é formada pelo Ministério Público Estadual/NUMA, Arboretum, as 3 empresas florestais e secretaria executiva. Em seguida, indagou se haveria alguma alteração ou inclusão na pauta. O representante da Fibria solicitou que a ordem dos assuntos seja mantida e que se houver assunto novo, que o mesmo fosse colocado ao final da reunião. A representante da The Forest Trust – TFT pediu que sua apresentação sobre a organização fosse colocada no início dos trabalhos da sexta-feira, 04 de maio, tendo sido aprovada a alteração. Na sequência, convidou o representante do MDPS, escolhido como relator, para apresentar o resultado dos trabalhos do GT.

- Mosaicos Florestais Sustentáveis

O relator informou que foi deliberado convidar um especialista em ecologia da paisagem para nivelamento de informações e que foi indicado o nome da professora Maria Otávia Crepaldi, que virá na reunião de agosto, sendo que o GT vai entrar em contato para checar o que é relevante ser apresentado, tendo em vista as necessidades do FF. A representante da Veracel esclareceu que o nome de Maria Otávia foi sugerido pelo fato dela trabalhar com planejamento

de paisagem, principalmente no território Extremo Sul, visando conexão de fragmentos florestais. E que o GT vai fazer reunião prévia com ela explicando os objetivos para que a apresentação seja fundamentada em cima dos anseios do FF frente à questão do planejamento de paisagem. A representante de Costa Dourada falou da sua preocupação dos palestrantes convidados conheçam a realidade da região. O secretário executivo lembrou que o resultado da oficina de dezembro 2017 foi um plano de ação contendo grandes temas, entre eles os Mosaicos Florestais Sustentáveis. Mas que o plano de ação ficou muito genérico, pouco específico e de difícil execução, e que o GT está trabalhando no detalhamento do plano de ação para definir o que tem que ser feito, de que forma e quando. E que a ideia é trabalhar bastante nesse planejamento para ter maior sucesso nas ações futuras. Sobre a tarefa de identificar áreas prioritárias para formação de corredores ecológicos, observou que já existem vários esforços nesse sentido e que é preciso reunir o material e apontar as lacunas, assim como fez o representante do IAPA em relação à área da Suzano. O representante da Fibria ressaltou que a palestra da professora Maria Otávia é para nivelar conhecimento sobre ecologia de paisagem, corredores ecológicos, para poder contribuir para identificar as áreas prioritárias e que a apresentação deve abordar os subtemas listados. E após a palestra construir o plano de ação sobre como identificar e priorizar corredores ecológicos. Foi deliberado que será realizado um call com a professora Maria Otávia para esclarecer os principais temas a serem abordados na palestra de nivelamento.

O representante do IAPA comentou que a Mata do Meio, em Juerana, uma área da Suzano, foi um importante local de visitação e de eventos para a educação ambiental e que pós participar da reunião do GT na Estação Veracel percebeu a importância das empresas Fibria e Suzano investirem num modelo parecido com o da Estação Veracel, já que as empresas têm locais similares para que a comunidade possa participar mais, principalmente a comunidade estudantil. Reforçou sua ótica de que existem iniciativas de baixo custo que podem ser implantadas nas comunidades, utilizando a mão de obra local, projetos simples que podem dar visibilidade às empresas. E se dispôs a acompanhar os representantes da Suzano numa visita ao local, disse que o custo de implantação é baixo e que a comunidade tem que participar dessas ações. A representante de Costa Dourada lembrou que o assunto turismo e silvicultura ficou esquecido no plano de ação para os próximos 5 anos e citou que na estrada que dá acesso a sua comunidade existe um fragmento com mata dos 2 lados, onde deveria ser feito um trabalho de valorização da flora e fauna silvestres, com sinalização diferenciada, entre outras coisas. O representante da Suzano informou que a empresa tem iniciativas similares no Espírito Santo e que é pertinente saber que existem locais propícios para replicar a experiência no extremo sul da Bahia. Sobre a sugestão da representante de Costa Dourada, a representante da Veracel propôs que na próxima reunião do FF seja apresentado os frutos do projeto de observação de aves, entre eles um livro que ensina o passo a passo de como implantar essa atividade em qualquer região, que é simples de ser implantado e não concorre com o turismo de praia. O representante da Fibria também falou da importância de incluir no plano de ação o subtema turismo e silvicultura. O representante de Oliveira Costa enfatizou que o turismo está presente na sua região e é garantia de renda para várias famílias, e que com o isolamento da comunidade pelo plantio as pessoas precisaram descobrir outras atividades. E que é preciso fortalecer o turismo local, principalmente com a capacitação dos moradores. O representante do Conselho Território Indígena Pataxó Ponta Grande – COLIPAG destacou que para fortalecimento do turismo em comunidades isoladas é importante montar roteiros, além da capacitação.

Em relação à contratação de parceria para análise de paisagem, o representante da Veracel questionou qual o desdobramento esperado e mencionou que após a entrega dos produtos da 3ª fase do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal sejam convidadas organizações que atuam no território para estabelecer uma estratégia mais robusta em ações de conservação

e restauração com o rico material gerado. Lembrou que existem recursos nacionais e internacionais para essas ações, mas que o território ainda não se capacitou adequadamente para captar esses financiamentos.

O secretário executivo observou que o Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE, documento primordial para o planejamento do estado, não consegue sair do papel e virar política pública e que seria uma oportunidade extraordinária para aproveitar essas informações e traduzir dentro de uma proposta de ZEE. Ao que o representante da Veracel lembrou que toda a base de dados do monitoramento foi oferecida ao governo do estado, após as denúncias de desmatamento da SOS Mata Atlântica, para se fazer um trabalho preventivo periodicamente, e que não houve interesse. E disse não entender como não se consegue fazer uma orquestração institucional com todas as organizações que atuam no território para trazer investimentos.

A representante da TFT falou brevemente sobre algumas das ações da organização no Brasil e reforçou que existe dinheiro internacional para investimento no território e fazer trabalho de qualidade, sendo necessário incluir as organizações locais que tem conhecimento do território e as empresas locais que entram também com dinheiro, como contrapartida. A representante do MDPS externou sua preocupação com o fato de que as ONGs internacionais que atuam na região, contratadas pelas empresas, não tem humildade de chegar e contratar ONG ou associação local tendo a comunidade como parceira na ação. E que em ações futuras as empresas coloquem uma cláusula no contrato com as ONGs internacionais de contratação de associações locais ou de pessoas das comunidades para auxiliar em trabalhos, citando que o macro só acontece se houver o local. A representante de Costa Dourada fez referência ao acordo do recuo dos 300m e indagou como colocar esse assunto dentro da análise de paisagem. O representante da Fibria argumentou que foi definido que o acordo do recuo dos 300m seria discutido no âmbito do conselho da APA Costa Dourada. Em relação ao questionamento da representante do MDPS, disse que na Fibria isso já acontece na prática, citando o IAPA, o IBJ e a TNC, 3 ONGs de pequeno a grande porte, que são capacitadas tecnicamente tem preços competitivos. E que é papel das ONGs entender a demanda dentro do território para atender as mesmas. E que o desafio no planejamento de 5 anos viabilizar uma parceria com capacidade técnica de fazer análise da paisagem com os dados gerados no monitoramento e fazer uma série de produtos. E colocou como prazo para essa parceria os 9 meses de entrega dos produtos do monitoramento. A representante da CI ressaltou que coordena projetos na região há mais de 3 anos com aporte e profissionalização de ONGs locais, com geração de trabalho e renda. E que está faltando proatividade das instituições em conhecer o trabalho do outro. E que seria muito proveitoso a construção de uma rede que não tenha nada a ver com as empresas. O representante do IAPA contrapôs que a proposta é ótima, mas que no dia seguinte cai no esquecimento. O representante da Veracel ponderou que sua proposição anterior foi de fazer uma orquestração que envolvesse também as instituições que estão no FF. E que não se pode deixar de observar que na prática as instituições locais não estão sendo envolvidas, o que é um desafio. E que é necessário cada vez mais valorizar e internalizar o conhecimento das instituições locais. Citou que a empresa foi procurada pela SOSMA e Anama para receber recurso da União Europeia num projeto sobre restauração e conservação da mata atlântica, e que a empresa propôs que o MDPS entrasse como parceiro. Destacou que território fraco de instituições é fraco de respostas e ações. Ressaltou que o território faz parte do hot spot do hot spot de biodiversidade, é onde o Brasil começou, tem comunidades indígenas tradicionais e é preciso fortalecer as instituições locais e romper frustração que se está tendo, mas que tem que ter consertação institucional robusta, pois ninguém coloca dinheiro na mão de uma só instituição, pois é grande risco. O representante de Oliveira Costa questionou o motivo de não se discutir o acordo do recuo dos 300m no FF, já que o FF foi o protagonista do acordo. E solicitou que sejam respeitadas as decisões do conselho gestor da APA e que na localidade existem pessoas

capacitadas, contratadas e fazendo projetos para grandes empresas. E que pessoas estão se adaptando a realidade e não dá para pensar na região como a terra do nunca. E que é preciso trabalhar em harmonia para ter resultados positivos para todos, diminuindo impactos e prejuízos para ambas as partes. O representante da Fibria pinçou as falas dos representantes da CI e do IAPA, observando que todos estão com dificuldades de gestão e propôs que todas as ONGs se juntem para identificar as dificuldades de cada um e encontrar uma forma de anulá-las. E como o FF pode contribuir para minimizá-las, inclusive para trabalhar no tema corredores ecológicos. O representante da Veracel pontuou que a consertação institucional tem como um dos seus objetivos que as fragilidades de uma organização sejam compensadas pelo conhecimento de outra. E que outros territórios menos aquinhoados e com mais dificuldades ambientais, como o cerrado e a caatinga, tem construído orquestrações mais fortes. E que, na medida que se consiga trazer recursos externos, os editais podem trazer cláusulas com amarrações algumas obrigações com quem estão fazendo os arranjos. A representante de Costa Dourada chamou atenção para que no trabalho de monitoramento da cobertura vegetal a paisagem do litoral esteja inserido. E especificamente sobre o grupo de trabalho com as prefeituras propôs a inclusão dos conselhos gestores das APAs.

Em relação à atividade de implantar um grupo de trabalho no âmbito do FF com as prefeituras para estimular o planejamento da paisagem, após debate deliberou-se, momentaneamente, pela exclusão da atividade.

Sobre a atividade “continuidade da discussão do protocolo de monitoramento de fauna e flora” dos Mosaicos Florestais Sustentáveis, a representante da Veracel argumentou que o protocolo de monitoramento foi acordado entre as 3 empresas, realizado nos últimos 5 anos e que gerou um banco de dados espetacular. Mas indagou onde o FF quer chegar com esses monitoramentos, notando que é preciso agora aliar o monitoramento de fauna e flora ao planejamento da paisagem. E que não cabe buscar metodologia ou proposta de protocolo único, pois as paisagens são diferentes. E que talvez seja mais eficaz escolher determinadas espécies que tragam respostas mais eficientes. E que a atividade não fique isolada, mas sim lincada no planejamento da paisagem. O representante da Fibria concordou que já existem muitos dados, sendo necessário agora enxergar o território como paisagem, sem fronteiras.

O representante da Veracel informou que existe a possibilidade de transformar a Estação Veracel em um observatório de aves, vinculado ao Instituto Butantã, e que esse é um dos arranjos possíveis para o território. E que a base de dados deve ser disponibilizada para instituições que tenham expertise na área e construa coisas interessantes para o território, não ficando apenas para cumprir acordo ou cumprir condicionante da empresa. Finalizando, diversas falas ressaltaram como serão disponibilizados os dados do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal. Entre as sugestões, inserção em sites, além do Diálogo Florestal, plataformas e parcerias com universidades.

Proposta de atividade para o Fórum Florestal em torno do tema Água

O relator apresentou para aprovação da plenária as propostas definidas pelo Grupo de Trabalho-GT em torno do tema água, sendo que a primeira atividade foi transformar a planilha do Encontro pelas Águas em objetivos práticos e exequíveis, tendo sido estabelecidas 4 metas prioritárias. Em relação aos comitês de bacias atuantes no território – FRABS e PIJ - o relator argumentou que por conta dos membros do FF que tem assento nos comitês já é conhecida a situação dos mesmos, que no momento estão apenas pró forma, sem nenhuma ação concreta. E para entender como o FF pode auxiliar no trabalho dos comitês é necessário saber qual o objetivo do Inema em relação aos mesmos. E que o GT considerou que capacitar membros dos comitês de bacia não é atribuição do FF. O representante da Veracel esclareceu que a lei federal

diz que os membros dos comitês de bacia são reconhecidos como representantes do governo do estado e que não cabe ao FF tocar iniciativas em relação aos comitês que estão abrigados como políticas públicas. E que a ANA estaria revendo e poderia tirar do estado a gestão dos rios federais, como o Jequitinhonha e o Mucuri. Após breve debate, que pontuou questões relativas ao funcionamento das agências de bacia e da cobrança pela água, a plenária aprovou a proposição do FF não promover a capacitação dos membros dos comitês de bacia.

O próximo ponto debatido foi a Meta 2 - Participação dos produtores rurais e estudantes em espaços dialógicos como o Encontro pelas Águas. O relator frisou que a partir das lições aprendidas com o primeiro encontro, o GT focou em como melhorar as questões infraestruturais e em como buscar parceiros, engajando órgãos como ADAB, sindicatos patronais e instituições de ensino e pesquisa, de forma a estimular a participação de estudantes e produtores rurais, tendo sido definida a data de 22 de março de 2019. O secretário executivo considerou que a atividade precisava ter mais detalhes de como vai ser feito e quais organizações vão ajudar a organizar o evento. O representante da Veracel sugeriu fazer uma comissão, definir uma temática e desenhar minimamente o que queremos do evento antes de procurar parcerias. Já o representante da Fibria recomendou dar 2 passos atrás, pois pouco ou quase nada se tirou do Encontro pelas Águas, apesar de ter tido uma pauta e palestrantes de altíssimo nível, a não ser o conhecimento que cada um adquiriu. E que um evento desse porte gasta energia e recursos do FF e se deveria gastar essa energia em outros temas que já tem pauta pronta e produtos materializados. E sugeriu fazer um evento focado na análise de paisagem e no Monitoramento da Cobertura Vegetal. A representante do MDPS concordou com a proposta e afirmou que não consegue ver a água fora da floresta, pois a gestão das florestas contempla a preservação dos recursos hídricos.

O representante do IAPA citou evento realizado pela Suzano para proteção de uma nascente, que envolveu comunidade, onde foi gasto pouco recurso, mas com resultado. E que ações simples desse tipo deveriam ser replicadas, pois dão resultado. A representante de Costa Dourada comentou sua decepção em não conseguir realizar qualquer coisa pequena na comunidade com o apoio das empresas e que acredita que o mais importante para as empresas é se a foto ficou bonita para mandar para o mundo. Foi rebatida pelo representante da Veracel. O secretário executivo frisou que o GT focou em 2 atividades, sendo uma delas o evento regional sobre água. E que ao invés de organizar o Fórum Regional da Água, a plenária estava propondo envidar esforços no Fórum Regional da Paisagem Territorial, com todos os dados que já existem, como do Monitoramento da Cobertura Vegetal e de fauna e flora. E outra questão é trabalhar os pilotos de restauração, que pode ficar solta ou incluir no tema Mosaicos Florestais Sustentáveis. Em função do adiantar da hora e de em seguida estar programada a apresentação da representante da TFT, o secretário executivo afirmou que o tema água estará sempre presente nos debates e propôs que o mesmo seja rediscutido no GT, repensando como inseri-lo no propósito maior que é o Mosaicos Florestais Sustentáveis, e trazer proposta mais madura para próxima reunião do FF.

- **Apresentação da organização The Forest Trust – TFT**

Em sua apresentação, a representante do TFT informou que a organização foi criada em 1999, pelo engenheiro florestal australiano, Scott Poynton, tendo como principal objetivo rastrear a cadeia de suprimentos. A organização é financiada por 173 empresas de diversos ramos, tendo cerca de 260 pessoas trabalhando em 19 países, com 3 compromissos fortes: combate ao desmatamento, ao trabalho escravo e infantil. As empresas que assinam contrato com o TFT têm que garantir que na sua cadeia de suprimentos não tem desmatamento ou exploração social. Citou que nenhuma empresa brasileira é membro do TFT. E que a organização faz a

conexão entre empresas e sociedade civil, sejam indivíduos, grupos, associações ou ONGs, que ajuda as empresas a compreender e transformar a história de seus produtos a partir da cadeia de suprimentos. Trabalha com Valores, Transparência, Transformação e Verificação. Explicou com vários exemplos como é o processo de trabalho da organização, do produto final até a matéria prima. Ressaltou que será construído um centro de excelência social no Brasil, ainda não tendo sido definido o local, e que o assunto foi discutido numa reunião realizada na Reserva da Jaqueira. E que a organização ministra cursos de curta e de longa duração em excelência social.

Falou também sobre o projeto Kumacaya, cujo nome significa ponte de confiança, ilustrando que tem empresas que usufruem dos recursos naturais de uma certa região do mundo e está interessada em monitorar problemas detectados, podendo ser contratadas como monitor pessoas físicas, associações e ONGs. Entre as regras, ter mais de uma empresa financiando e mais de um representante da sociedade civil monitorando, que é encarregado de fazer relatório mensal. As empresas financiadoras não sabem quem está monitorando e a sociedade civil não sabe quais empresas estão financiando o monitoramento. E que o processo funciona na Indonésia, África e Malásia, com possibilidade de chegar ao Brasil.

Explicou que para que o TFT atue no Extremo Sul da Bahia é preciso que as coisas que acontecem aqui estejam na cadeia de suprimentos de membros do TFT ou de alguma empresa que atue na região, com exceção de papel e celulose.

04 de maio

Iniciando as atividades do dia, o secretário executivo explanou que iria ser colocado em pauta o Arranjo de Governança, com revisão de alguns artigos do Regimento Interno; a apresentação por parte das empresas do status do Acordo de Congelamento dos Plantios nos Municípios de Alcobaca, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa e alguns detalhamentos do plano de ação. O representante do IAPA pediu a palavra e mencionou que as organizações não ficaram à vontade com o posicionamento do representante da Veracel de que o FF não é o espaço para pleitos sobre pequenos projetos. E que as organizações entendem que o FF é o local para esses pleitos e vão continuar resilientes colocando suas proposições a respeito do que for, pois o espaço é de diálogo e fica de conhecimento de todos. E que não vê um outro ambiente onde possa externar suas opiniões e buscar soluções para a região dele. O representante da Veracel salientou que o FF é um espaço respeitável de diálogo e de discussão em relação a eucaliptocultura e as comunidades no aspecto socioambiental. E que sua provocação foi à reflexão de que se deve priorizar as discussões que estão sendo elencadas como missão do FF, que estão no plano de ação e tem uma visão mais territorial. E que as questões relativas às comunidades, que são legítimas, devem ser encaminhadas no diálogo que as comunidades têm com as empresas, através dos canais diretos de relacionamento, e que alguns pleitos de parcerias, acordos e compromissos tem outros canais que devem ser usados. O secretário executivo lembrou que desde o início o FF teve como objetivo discutir as questões territoriais, a exemplo do Acordo do Fomento. E que um problema específico pode ser trazido para o FF mas não pode ser a agenda, pois o FF perde legitimidade, força e capacidade de transformação. A representante do TFT ponderou que se não existe espaço para a fala, para planejar juntos, para fazer a gestão juntos passa a dar a sensação de agenda pré-marcada. E a convivência entre representantes de comunidades e empresas pode dar oportunidade de se resolver situações pontuais. Exemplificou que quando a situação afeta apenas uma empresa ou região pode ser conversada no coffee break. E que as vezes o problema é falado por uma organização de uma região, mas afeta outras, e daí pode virar ponto de pauta. O representante do Conselho Território Indígena Pataxó Ponta Grande destacou que no início do FF se focou muito nas questões das empresas e

se esqueceu as comunidades tradicionais que foram afetadas pelos plantios, a exemplo do solo e rios. E que é preciso estreitar as falas dos povos tradicionais e indígenas e cada um na sua localidade descobrir a quem deve se remeter, coordenadores, gerentes de cada empresa, para resolver os problemas que os afetam e as coisas venham a melhorar. E que coisas pequenas fazem grande diferença para as comunidades e para tanto é necessário um bom diálogo. O representante de Costa Dourada ressaltou que os problemas nas estradas de acesso da sua região não são pontuais e que a Suzano deveria cumprir com sua responsabilidade de fazer periodicamente a manutenção da estrada, pois é ela quem planta. E que não se pode interditar o direito de ir e vir das pessoas, sempre interrompendo turistas, moradores e transporte escolar.

- **Arranjo de governança**

Antes da discussão, a representante de Costa Dourada perguntou se existe um histórico de participantes do FF e solicitou a lista das organizações que são membros efetivos do FF, para saber quem tem direito a voto, pois pelo RI o FF tem uma função social e responsabilidade. O secretário executivo esclareceu que o FF possui sim histórico do seu funcionamento e das organizações que tem participado ao longo dos anos, sinalizou que é um espaço público em que qualquer pessoa ou instituição pode participar e ter direito a voz, mas que as organizações que quiserem ser membros efetivos devem apresentar essa vontade à plenária, entregar cópia do estatuto e ou carta de sua comunidade informando desse desejo e indicando seus representantes e assim terem direito a voz e voto. Em relação aos grupos de mensagem, esclareceu que as organizações que participam esporadicamente fazem parte do grupo Fórum Florestal Bahia e que as que participam regularmente participam também do grupo Plenária do Fórum. E que as organizações para ter direito a voto têm que ter participado de 3 das últimas 5 reuniões plenárias, mas que nunca serão excluídas das reuniões. Também foi motivo de discussão entre os representantes de Costa Dourada e da Veracel o papel das organizações no FF. O representante da Veracel sugeriu que seja realizada numa outra reunião uma pauta mais específica sobre o papel e responsabilidade que organizações e empresas exercem no FF. O encaminhamento foi aprovado.

A seguir, entrou-se na discussão sobre as alterações do RI. O relator sugeriu discutir apenas os itens modificados pelo GT. O primeiro item abordado foi a Seção 1 do Art 2º “Da composição do FF”, que buscava alterar a redação anterior “ §1º - São membros do Fórum Florestal todos os cidadãos que representam alguma OSC presente no Sul e Extremo Sul da Bahia ou que tenham como objeto de seu trabalho assuntos afins às questões socioambientais do território, bem como os representantes de empresas de base florestal e de instituições de ensino superior.” Para “ São membros do Fórum Florestal todos os cidadãos que representam alguma OSC presente no Extremo Sul da Bahia ou que tenham projetos em execução referentes às questões socioambientais em um dos 21 municípios que compõem a macrorregião do Extremo Sul da Bahia, bem como os representantes de empresas de base florestal e de instituições de ensino superior.” A alteração do texto gerou uma discussão acalorada. O representante do Manguezal Meu Quintal questionou o motivo da retirada da expressão “ ...e ou que tenham como objeto do seu trabalho assuntos afins...”, o que excluiria sua organização do FF. E propôs que não fosse alterada a redação. O representante do IAPA citou que foi combinado alterar o RI para que não houvesse brechas. Mas que a nova redação não impede a participação de nenhuma organização, mas veta o reembolso das organizações que não possuem atuação no território. O representante da Veracel ponderou que tem 2 formas de fazer: uma é restringir participação de pessoas ou instituições, exigindo sede ou projeto. E outro espírito é restringir os temas e questões, que devem estar centrados no território de atuação do FF. E que a

Fundação Jupará estava trazendo temas e questões do Sul da Bahia e que não estavam no foco do FF. A representante do MDPS considerou que o GT perdeu tempo trabalhando no RI. O secretário executivo frisou que a nova redação apresentada de fato impediria qualquer organização que tenha afinidade com os temas tratados no FF de participar desse espaço. O representante da Natureza Bela afirmou que quem quer agregar não pode colocar pontos de segregação dentro do RI. E que o RI trata as questões éticas. E que FF não deve restringir a participação das pessoas, mas quando for ressarcir despesas relacionadas a hospedagem e transporte fazer uma seletividade em relação à instituição. O representante de Oliveira Costa questionou os motivos pelos quais não é pago locação de veículos. E foi sugerido que o documento de reembolso às organizações seja incluído em pauta futura para revisão. Finalizando a discussão de alteração da Seção 1, Art. 2º, do RI, o relator propôs incluir na redação: “Com exceção para organizações convidadas aprovadas em plenária”. Explicou que isso acabaria com o impasse, pois após aprovação a organização terá direito a voto e fará jus a reembolso. A nova redação ficou da seguinte maneira “São membros do Fórum Florestal todos os cidadãos que representam alguma OSC presente no Extremo Sul da Bahia ou que tenham projetos em execução referente a questões socioambientais em um dos 21 municípios que compõem a macrorregião do Extremo sul da Bahia ou instituições que tenham afinidade aos temas tratados pelo fórum e que sejam convidadas com aprovação em plenária, bem como os representantes de empresas de base florestal, instituições de ensino superior e demais setores produtivos” assim foi lida e aprovada pela plenária. A proposta de alteração na contratação do secretário executiva foi retirada, assim como a alteração de que a plenária aprovará a nomeação do apoio administrativo, tendo sido mantido nos 2 casos o texto original. As alterações propostas para seleção da instituição sede – Art. 3º. Inciso 7º -foram aprovadas por unanimidade com a seguinte redação. “§ 7º No ato da inscrição, as Instituições membras efetivas candidatas deverão apresentar as certidões negativas necessárias para efetiva participação no processo de seleção , além de nome e qualificação da equipe Técnica , Comprovação de Conhecimento técnico administrativo/contábil ,Portfolio das atividades anteriores de controle orçamentário ,mais de 02 anos de participação em plenária do Fórum Florestal da Bahia , carta compromisso de apresentação Mensal até o 5º dia útil de cada mês via eletrônica da planilha de gastos e apresentação anual em plenária , carta compromisso de responsabilidade pela inconsistência contábil

O processo seletivo se iniciará com uma avaliação prévia dos candidatos inscritos por meio de comissão paritária, constituída especificamente para essa finalidade. A comissão deverá selecionar até 2 candidatos, que serão submetidos à apreciação da plenária a quem caberá a escolha final. Em caso de empate, a preferência será dada para a OSC que ainda não foi Instituição Sede.

As Instituições pré-selecionadas deverão apresentar seus respectivos currículos à plenária do Fórum Florestal. A escolha se dará por meio de maioria simples dos votos dos membros efetivos presentes em plenária.

Entende-se por membros efetivos, aqueles com mais de um ano de participação no Fórum Florestal e tenha comparecido a no mínimo 3 das últimas 5 reuniões plenárias”.

Finalizando as proposições originadas no GT discutiu-se alternativas, além do site do Diálogo Florestal, para hospedar informações e documentos do FF Bahia.

Na sequência, a representante da CI distribuiu o guia “Aves da Costa do Descobrimento”, que é resultado de um inventário de 4 unidades de conservação, sendo um material simples para auxiliar quem já observa e para incentivar quem gosta de passarinhos a conhecer os nomes e as espécies. A ideia é que seja utilizado na educação ambiental. E que na próxima reunião a representante da Veracel deverá apresentar a publicação que conta toda a história do projeto de observação de aves na Estação Veracel. E informou que na Semana do Descobrimento foi realizado o Festival de Aves de Porto Seguro.

- **Acordo de congelamento de plantios nos municípios de Alcobaca, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa**

O representante da Fibria iniciou as apresentações lendo a integra do acordo firmado em 2011. Lembrou que à época as empresas Fibria e Suzano expuseram no FF suas bases florestais nos municípios citados. E destacou que foi utilizada a mesma base cartográfica para a atual apresentação, mantendo a comparação percentual com a área total do município. E que em 2011 a Fibria tinha 19,2% de plantio próprio em Alcobaca e hoje está em 18,6%, uma redução de 952 ha. Em Caravelas, possuíam 10,2% e hoje está com 8,9%, com 3.207 ha a menos. Em Mucuri, eram 7,6% e atualmente 6,7%, menos 1.705 ha e em Nova Viçosa passou de 14,5% para 13,88%, com redução de 956 ha. Observou que foi atingido o objetivo do acordo que era de congelamento de plantio de áreas próprias e que a redução de plantios se deveu a estratégias da empresa e também a venda de áreas aleatórias e para a Caravelas Florestal.

A representante da Suzano expôs que em todos os 4 municípios houve redução de plantios da empresa em cerca de 4.700 ha. E que em Alcobaca houve a maior redução.

O representante do Natureza Bela recordou que o acordo aconteceu num momento oportuno em que o governo do estado havia congelado os licenciamentos e por isso as empresas assinaram. E não se lembra porque a palavra fomento não entrou no script. E que as empresas cumpriram o acordo, mas se fosse buscar a visão pós-legal seria interessante avançar sobre a territorialidade dos municípios. E solicitou que alguém faça isso para uma próxima reunião e ver a área ocupada pela monocultura de eucalipto, pois a área plantada aumentou. O representante da Fibria se comprometeu a resgatar a apresentação do Monitoramento da Cobertura Vegetal, feita pela Geopixel, para fazer o levantamento da área ocupada por plantio de eucalipto nos 4 municípios, pois é relevante avivar os dados expostos pela Geopixel. E sugeriu também que a secretaria executiva faça contato com Marcio, gerente da Caravelas Florestal, para participar das reuniões do FF.

O representante de Oliveira Costa falou sobre a extinção das brigadas de incêndio em 7 localidades de Mucuri e do consequente aumento dos conflitos com as empresas, por conta do desemprego de dezenas de brigadistas.

Fechando os trabalhos, o secretário executivo lembrou da realização da reunião extraordinária no dia 11 de junho, das 13h30 às 16h, na Estação Veracel, com o mesmo procedimento de confirmação de presença. E notou que 2 assuntos ficaram pendentes: amadurecer as propostas de mudança do RI e continuar detalhando o plano de ação, pois não conseguiu avançar em 3 temas. E que a próxima reunião ordinária será nos dias 02 e 03 de agosto.

O representante do Natureza Bela propôs que seja marcado encontro, à parte das reuniões ordinárias, para fazer capacitações para ensinar a elaborar pequenos projetos, do ponto de vista financeiro, da documentação, pequenos detalhes que as pequenas organizações precisam incorporar. Por sua vez, o representante da Fibria sugeriu que os próprios membros do FF podem contribuir com temas que tem mais expertise. O secretário executivo considerou mais assertivo primeiramente identificar as fragilidades das organizações locais. E cada organização apontar como fazer um programa de fortalecimento institucional local. O representante do

Natureza Bela sugeriu a criação de uma incubadora com 20 instituições e montar minicursos, tratando sobre organização financeira, organização administrativo funcional, entre outros, até a elaboração de projetos. O representante do Natureza Bela ficou encarregado de fazer a ementa do curso e o representante da Fibria vai tentar conseguir o material de empoderamento das comunidades da Votorantim.

Sendo o que ocorreu, esta memória de reunião foi lavrada pela secretaria executiva
Porto Seguro, 24 de maio de 2018